


AUGUSTO TOLENTINO
BERNARD POTSCH M.
JULIA GIRÃO BAPTISTA MARTINS

ARBITRAGEM E OUTROS TEMAS

HOMENAGEM A PEDRO A. BATISTA MARTINS

ANA CAROLINA MARTINS SANTORO	JOSÉ EMILIO NUNES PINTO
ANDERSON SCHREIBER	JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES
ANTONIO CESAR SIQUEIRA	JUDITH MARTINS-COSTA
ANTONIO PEDRO SODRÉ	JULIA GIRÃO BAPTISTA MARTINS
ANTONIO PINTO LEITE	LAURO GAMA
ARNOLDO WALD	LIDIA SPITZ
AUGUSTO TOLENTINO	MANUELA COSTA
BÁRBARA CARNEIRO PAOLINELLI DE CASTRO	MARCELA CAMPINHO VAZ
BERNARD POTSCH M.	MARCELO TRINDADE
CARMEN TIBURCIO	MÁRCIO SOUZA GUIMARÃES
CAROLINA NORONHA	MARIA LUIZA MAYR MAIA
CLÁUDIA FERRAZ	MARIANA FRANÇA GOUVEIA
DANIEL BENTO	MARIANA RIBEIRO SIQUEIRA
DÁRIO MOURA VICENTE	MATTHIEU DE BOISSÉSON
ELEONORA COELHO	MAURÍCIO GOMM F. DOS SANTOS
FABIANE VERÇOSA	NADIA DE ARAUJO
FELIPE SEBASTIAN CALDAS VÉRAS	NELSON EIZIRIK
FLÁVIA BITTAR	PAULA COSTA E SILVA
FRANCISCO ANTUNES MACIEL MÜSSNICH	PAULA GRECO BANDEIRA
GIOVANNI ETTORE NANNI	PEDRO GUILHARDI
GUSTAVO DA ROCHA SCHMIDT	PETER CH. SESTER
GUSTAVO TEPEDINO	RAFAEL BRANCO XAVIER
HERMES MARCELO HUCK	RICARDO TEPEDINO
ISABEL CANTIDIANO	RODRIGO GARCIA DA FONSECA
IVAN NUNES FERREIRA	RODRIGO SALTON
JOAQUIM DE PAIVA MUNIZ	SELMA FERREIRA LEMES
JORGE CESA FERREIRA DA SILVA	SERGIO BERMUDES
JOSÉ ANTONIO FICHTNER	TANIA F. RODRIGUES PALMA
JOSÉ CARLOS DE MAGALHÃES	THIAGO MARINHO NUNES

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, primavera de 2023
editoraquartier@uol.com.br
 @editoraquartierlatin

Copyright © 2023 by Editora Quartier Latin do Brasil

**TOLENTINO, AUGUSTO. POTSCH, BERNARD M. E.
MARTINS, JULIA GIRÃO BAPTISTA (ORGS.).**

Arbitragem e Outros Temas: Homenagem a Pedro A. Batista Martins

São Paulo: Quartier Latin, 2023.

Arbitragem e Outros Temas: Homenagem a Pedro A. Batista Martins - 1ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2023.

ISBN 978-65-5575-232-8

1. Arbitragem. 2. Lei de Arbitragem. 3. Procedimento Arbitral. 4. Homologação de Sentenças. 5. Direito. 1. I. Título

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: quartierlatin@globo.com

[instagram.com/editoraquartierlatin](https://www.instagram.com/editoraquartierlatin)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Nota dos Organizadores, 19

Apresentação, 21

Sergio Bermudes

Entre o Profissional e o Pessoal: a trajetória vista pelos olhos de um amigo, 25

José Emilio Nunes Pinto

I. Ônus da Prova e Inferências Negativas em Arbitragem, 31

Anderson Schreiber

1. Uma palavra sobre o homenageado.....	31
2. A relevância da produção probatória no deslinde das arbitragens.....	31
3. Regras de alocação do ônus da prova e sua natureza de direito material.....	33
4. Inferências negativas pelo Tribunal Arbitral ante a não apresentação da prova determinada	38
5. O chamado <i>Sharpe's Test</i> e os requisitos para a aplicação de inferências negativas	40
6. Recepção no direito brasileiro	43
7. Conclusão	45
Bibliografia	45

II. A Prescrição e os Limites Impostos à Autonomia Privada na Arbitragem, 47

Antonio Cesar Siqueira e Mariana Ribeiro Siqueira

Introdução	47
1. Breves apontamentos sobre a prescrição	47
2. A importância da correta qualificação do instituto e os limites impostos pela prescrição	52
3. Os reflexos da prescrição na arbitragem	56
Conclusão.....	58

III. *Jura novit curia* e a arbitragem internacional, 61

Antonio Pinto Leite

A questão.....	61
1. <i>Jura novit curia</i> – o conceito	63
2. A Torre de Babel jurídica	64
3. A arbitragem internacional e os regimes nacionais de aplicação do direito estrangeiro pelo juiz	65
4. Questões a resolver pelo árbitro – os trabalhos de Hércules.....	67
5. <i>Jura novit curia</i> e ética arbitral.....	68
6. <i>Jura novit curia</i> e o realismo quanto à fase histórica da arbitragem internacional.....	70
7. <i>Tableau de bord</i> do árbitro internacional	72
8. <i>Jura novit curia</i> e princípio do contraditório.....	74

IV. Um parecer pioneiro de Pedro A. Batista Martins, 79

Arnoldo Wald

I. Introdução	79
II. O Caso – Síntese dos Fatos	80
III. Da Ação	83
IV. Dos Quesitos Apresentados ao Parecerista	86
V. O Parecer e suas repercussões	87
a. Das circunstâncias	87

V. Abrangência subjetiva da cláusula compromissória no Direito Societário, 93

Augusto Tolentino e Flávia Bittar

I. Introdução – Arbitragem no Direito Societário	93
II. Cláusula compromissória presente no Estatuto Social.....	95
a. Vinculação dos acionistas	95
b. Vinculação dos administradores.....	98
c. Vinculação dos sócios indiretos	103
III. Cláusula compromissória em pactos parassociais	106
IV. Cláusulas compromissórias em operações societárias.....	111
a. Cessão de participação acionária	111
b. Operações de fusão, cisão e incorporação	114
V. Considerações Finais.....	115
VI. Referências Bibliográficas.....	116

VI. Breves apontamentos sobre a competência do Tribunal Arbitral, 119

Bárbara Carneiro Paolinelli de Castro

I. Introdução ao Princípio Competência – Competência.....	119
a. Efeito positivo.....	120
b. Efeito negativo.....	120
II. Competência-Competência e Autonomia da Cláusula Compromissória	121
III. Possibilidade de Mitigação do Princípio	122
IV. A Competência do Tribunal Arbitral no Direito Brasileiro	123
a. Fundamento Legal.....	123
b. Forma de decisão sobre a jurisdição do Tribunal Arbitral	125
c. Como o Poder Judiciário enfrenta o tema	127
V. Providências Judiciais que não interferem na competência do Tribunal Arbitral	130
VI. Competência dos Órgãos Arbitrais	131
VII. Considerações Finais.....	134
VIII. Bibliografia	134

VII. A Incompatibilidade das *Anti-Suit Injunctions* com a Estrutura de Distribuição de Jurisdição da Convenção de Nova York, 137

Bernard Potsch M.

1. Breves palavras ao homenageado	137
2. Introdução	138
3. A Convenção de Nova Iorque e sua estrutura de distribuição de jurisdição.....	140
4. A incompatibilidade das <i>anti-suit injunctions</i> com a Convenção de Nova Iorque.....	150
5. Conclusão	159

VIII. A Lei de Arbitragem e sua contribuição para o desenvolvimento da arbitragem no Brasil, 161

Carmen Tiburcio

1. Introdução	161
2. O sistema anterior à lei de arbitragem	163

2.1. Arbitragens domésticas.....	163
2.2. Arbitragens internacionais ou estrangeiras.....	166
3. A Lei de Arbitragem de 1996.....	167
3.1. Arbitragens domésticas.....	168
3.2. Arbitragens internacionais ou estrangeiras.....	171
3.3. A discussão no STF sobre a inconstitucionalidade da Lei de Arbitragem ...	174
4. Breves comentários finais.....	175

IX. Arbitragem Societária – Sobrevoos de Drone sobre os Regramentos Específicos, 177

Cláudia Ferraz e Daniel Bento

1. Introdução	177
2. As características do processo e da arbitragem societária	178
3. Regulamentos de arbitragem societária.....	179
3.1. German Arbitration Institute (Alemanha)	180
3.2. CAM-CCBC (Brasil).....	183
3.3. Corte Española de Arbitraje (Espanha).....	186
3.4. Camera Arbitrale di Milano (Itália).....	187
3.5. Centro de Arbitragem Comercial (Portugal)	189
3.6. Swiss Arbitration Center (Suíça).....	190
4. Conclusões.....	192

X. Territorialidade, Deslocalização e Pluralismo na Arbitragem Internacional, 195

Dário Moura Vicente

XI. As Táticas de Guerrilha e a Ética na Arbitragem Internacional, 205

Eleonora Coelho

I. Introdução – o que são táticas de guerrilha?.....	205
II. As táticas de guerrilha na arbitragem internacional	206
III. Como combater as táticas de guerrilha.....	212
III.1. A aplicação de regulações internacionais	213
III.2. Aplicação de Técnicas de <i>Case Management</i>	218
III.2.A. Medidas preventivas	219
III.2.B. Medidas corretivas.....	220

III.2.C. Medidas sancionatórias	221
IV. Conclusão	222
V. Bibliografia.....	223

XII. Audiência de Instrução: um dos Ápices do Procedimento Arbitral, 227

Fabiane Verçosa

I. Introdução	227
II. Audiência de Instrução na Arbitragem: Aspectos Gerais	228
III. Depoimento Pessoal	229
IV. Prova testemunhal.....	231
IV.1. <i>Direct Examination</i> e <i>Cross-Examination</i>	233
IV.1.1. Leading questions	234
IV.2. Depoimento escrito de testemunha.....	236
IV.3. Testemunha técnica (<i>expert witness</i>)	237
V. Audiência de instrução presencial ou remota? Eis a questão	238
VI. Conclusão.....	245

XIII. O Dever de Revelar do Árbitro e a Ação de Anulação da Sentença Arbitral, 247

Francisco Antunes Maciel Müssnich e Marcella Campinho Vaz

1. Introdução	247
2. As características do árbitro	249
3. Independência e Imparcialidade	250
4. Dever de revelar	254
5. O uso abusivo da anulação da sentença arbitral	259
6. Conclusão	261

XIV. Reflexões sobre a Produção de Provas na Arbitragem: Notas Acerca da Prova Oral, 265

Giovanni Ettore Nanni e Pedro Guilhardi

1. Introdução	265
2. A flexibilidade do procedimento arbitral e a expertise na escolha do árbitro.....	267
3. O alcance da produção probatória e os poderes instrutórios do árbitro.....	273

4. A produção de provas na arbitragem.....	282
5. Prova oral.....	285
6. Considerações conclusivas	298

XV. Os Meios Alternativos de Solução de Controvérsias na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 301

Gustavo da Rocha Schmidt

1. Introdução	301
2. Os meios alternativos de solução de controvérsias na Lei nº 14.133/2021	302
2.1. Tribunal Multiportas (art. 151, <i>caput</i>)	302
2.2. Limites objetivos ao uso das ADRs nas contratações estatais (art. 151, p.u.)	306
2.3. Arbitragem de direito (art. 152).....	308
2.4. O princípio da publicidade (ainda o art. 152)	310
2.5. Possibilidade de aditamento contratual (art. 153)	315
2.6. Processo de escolha dos árbitros e dos membros dos <i>dispute boards</i> (art. 154).....	316
2.7. O papel e a escolha das câmaras de arbitragem.....	317
3. Conclusões.....	322

XVI. Breves Anotações sobre o Dever de Revelação dos Árbitros, 325

Gustavo Tepedino e Paula Greco Bandeira

1. Introdução	325
2. A importância do dever (permanente) de revelar do árbitro na jurisdição arbitral.....	328
3. Critérios estabelecidos pela Lei de Arbitragem e pela <i>soft law</i> : interpretação da expressão “aos olhos das partes”	333
4. Caráter objetivo do dever de revelar: prescindibilidade de aspectos subjetivos e irrelevância da notoriedade do fato.....	340
5. Consequências do descumprimento do dever de revelação	343
6. Conclusão	345

XVII. As Intermitências da Confidencialidade Arbitral, 349

Hermes Marcelo Huck

1. Confidencialidade ou sigilo.....	349
2. O sigilo nos Regulamentos de Câmaras de Arbitragem	350
3. Arbitragem societária e confidencialidade.....	351
4. Segredo de Justiça e arbitragem com administração pública.....	353
5. A arbitragem chega ao judiciário	355
6. Alergia do judiciário à confidencialidade arbitral.....	356
7. Unindo pontas soltas.....	358

XVIII. Arbitragem em Fundos de Investimento: A Questão da Vinculação dos Cotistas à Cláusula Compromissória no Regulamento, 361

Isabel Cantidiano e Antonio Pedro Sodré

Introdução	362
1. Os fundos de investimento brasileiros modernos.....	362
1.1. O regime normativo específico dos fundos de investimento.....	364
1.2. A aplicação da Lei das S.A. por analogia aos fundos de investimento....	366
1.3. Os fundos de investimento e o Código de Defesa do Consumidor.....	368
2. A cláusula compromissória em regulamentos de fundos de investimento....	371
2.1. Questões controvertidas.....	372
3. A vinculação dos cotistas à cláusula compromissória	376
Conclusão.....	379
Referências	379

XIX. Escolha de Árbitros em Arbitragens Multipartes. Uma Sugestão, 383

Ivan Nunes Ferreira

XX. Pedido de Produção de Documentos, *Discovery* e *Fishing Expeditions* em Arbitragens com Sede no Brasil, 391

Joaquim de Paiva Muniz

1. Prova documental na arbitragem	391
2. Requisitos para Produção de Documentos em Posse da Contraparte ou Terceiro	393
2.1. Documento sob controle da parte.....	393

2.2. Materialidade, relevância e <i>Discovery</i>	394
2.3. Especificidade do documento	398
3. Justificativas para não Produção e Confidencialidade	400
4. Consequência da não Produção e Confidencialidade.....	405
5. Conclusão: Produção de Documentos Deve Ser Cirúrgica.....	408

XXI. Os Árbitros e a Investigação Sua Sponte de Atos de Corrupção, 411

Jorge Cesa Ferreira da Silva e Felipe Sebastian Caldas Vêras

Introdução	411
Parte I – Os riscos envolvidos e os poderes instrutórios dos árbitros	413
a. Os riscos envolvidos	414
b. A amplitude dos poderes instrutórios e a possibilidade de investigação.....	416
Parte II – Limites dos poderes instrutórios	421
a. A conduta do árbitro: cão de caça ou cão de guarda?	422
b. A diversidade de casos	425
1. Quando o tema da corrupção é pressuposto do direito envolvido na sentença arbitral.....	425
2. Quando o tema da corrupção é pressuposto dos efeitos da sentença	426
3. Quando o tema da corrupção é meramente lateral ao objeto da disputa	427
4. Quando as partes, em conjunto, querem se aproveitar do procedimento para legitimar a prática de corrupção	427
Conclusão.....	428
Referências Bibliográficas.....	429

XXII. A Contínua Necessidade de Reafirmação dos Pressupostos Fundamentais da Arbitragem, 433

José Antonio Fichtner e Rodrigo Salton

1. Introdução	433
2. O fundamento consensual da arbitragem.....	436
3. <i>Favor arbitratis</i>	440
4. A autonomia da cláusula compromissória.....	442
5. <i>Kompetenz-Kompetenz</i>	447
6. A confiança no árbitro e o dever de revelação	452

7. Convivência entre a jurisdição estatal e a jurisdição arbitral.....	459
8. Arbitragem: um <i>ato de fé</i>	462
Referências	463

XXIII. O Imposto Sobre Serviço e a Arbitragem, 469

José Carlos de Magalhães e Tania F. Rodrigues Palma

I. Dedicatória ao Homenageado.....	469
II. Introdução	469
III. O Imposto Sobre Serviços.....	470
IV. Do Desenquadramento da Sociedade por falta de entrega da D-SUP....	472
V. Do Desenquadramento da Sociedade pelo Exercício da Função como Árbitro	474
VI. Reflexos	483
VII. Considerações finais	484

XXIV. Cláusulas escalonadas: heroínas ou vilãs?, 485

José Roberto de Castro Neves

O conceito benéfico da cláusula compromissória.....	485
O dever decorrente de uma cláusula escalonada	486
O uso abusivo da cláusula escalonada	493
Conclusão.....	498
Referências bibliográficas	499

XXV. Da Vinculação do Terceiro Beneficiário à Cláusula Arbitral, 501

Judith Martins-Costa e Rafael Branco Xavier

Introdução	501
Parte I. Da estipulação a favor de terceiro.....	502
i. Dos traços caracterizadores da figura	503
ii. Da distinção entre estipulação a favor de terceiro e o tipo contratual do contrato de doação.....	507
Parte II. Da cláusula arbitral entre as “condições e normas” do contrato (Código Civil, art. 436, parágrafo único)	511
i. Da anuência do terceiro ao benefício	512
ii. Do ônus processual em arbitrar	517
Conclusão.....	523

**XXVI. A Impecuniosidade e seu
Reflexo na Cláusula Compromissória, 525**

Julia Girão Baptista Martins

**XXVII. A Necessária Cooperação Internacional
para a Execução no Brasil da Tutela de
Urgência Arbitral Estrangeira, 539**

Lauro Gama e Maria Luiza Mayr Maia

I. Introdução	539
II. Notas sobre a Cooperação Jurídica Internacional no Direito Brasileiro vigente	542
III. A controvérsia	545
IV. Qualificação Jurídica da Tutela de Urgência concedida por Tribunal Arbitral Estrangeiro	550
IV.A. Caráter Estrangeiro: inadequação da carta arbitral	550
IV.B. Caráter Provisório e Reversível: impossibilidade de homologação	553
IV.C. Caráter Jurisdicional: inaplicabilidade do auxílio direto	556
V. Reconhecimento via Carta Rogatória: solução conforme a cooperação jurídica internacional	557
VI. Conclusão	560

XXVIII. Contrato, Status e a Lei de Liberdade Econômica, 563

Marcelo Trindade

Do status ao contrato	563
A visão liberal do contrato	564
As visões cristã e marxista	565
O declínio da visão liberal	567
Codificação, descodificação e intervenção na liberdade de contratar	568
A resiliência do contrato	571
Do contrato ao status?	572
A necessidade de decisão legislativa	575
A Constituição como fonte da legitimidade do <i>status</i>	576
A necessária identificação do grupo, círculo ou categoria	577
O mau exemplo da Lei da Liberdade Econômica	577
Conclusão	580

**XXIX. A Ação de Responsabilidade Prevista no Art. 246 da
Lei 6.404/76 como Instrumento de Proteção aos Acionistas
Minoritários das Sociedades Controladas, 581**

Márcio Souza Guimarães

Introdução	581
1. O art. 246 da Lei 6.404/76	582
2. A ação de responsabilidade como mecanismo de proteção dos acionistas minoritários.....	587
O recente posicionamento do Superior Tribunal de Justiça.....	593
O recente posicionamento da Comissão de Valores Mobiliários	595
Conclusão.....	597
Bibliografia.....	598

**XXX. Multistep Clauses: The Dispute
Resolution Rollercoaster Ride, 599**

Mariana França Gourveia

Manuela Costa

1. Introduction.....	599
2. Multi-step clauses – concept and classification.....	600
2.1. The type of mechanism adopted	600
2.2. Regarding their mandatory or alternative use	605
2.3. Regarding the effect of the pre-arbitration step decision	607
3. Validity and enforceability	610
4. When the dispute finally arises, compliance with the multi-step clause may prove to be more complex than anticipated.....	612
5. When Parties fail to comply with the multi-step clause, an issue of jurisdiction or admissibility	616

XXXI. Reflexões sobre a Ordem Jurídica Arbitral, 619

Matthieu de Boisséson

I. A questão das regras aplicáveis ao mérito do litígio: nascimento da ideia de uma comunidade internacional de comerciantes.....	620
II. A questão do sistema arbitral: seu papel de coordenação e singularização.....	624

**XXXII. A Fronteira entre Comportamentos
Aceitáveis e Táticas de Guerrilha em
Arbitragens Internacionais, 631**

Maurício Gomm F. dos Santos e Ana Carolina Martins Santoro

I. Introdução.....	631
II. Arbitragem Internacional como um amálgama legislativo e cultural.....	632
III. Táticas de Guerrilha em Arbitragens Internacionais.....	634
IV. Instrução probatória na busca de um consenso internacional.....	637
A. Breve aceno sobre o Discovery.....	638
B. <i>Softlaw</i> s: estabelecendo critérios para apaziguar comportamentos na seara internacional.....	641
V. A Fase Pós-Arbitral.....	646
VI. Conclusão.....	648

**XXXIII. Homologação de Sentenças Arbitrais
Estrangeiras no STJ: os dados falam tudo!, 649**

Nadia de Araujo, Lidia Spitz e Carolina Noronha

1. Introdução.....	649
2. Origem das partes e procedência da sentença arbitral.....	652
3. O processo homologatório.....	655
4. Óbices à homologação.....	661
5. Balanço geral.....	668
6. Bibliografia.....	669

**XXXIV. Incorporação de Companhia Aberta por sua Subsidiária
Integral. Procedimento. Direito de Recesso, 671**

Nelson Eizirik

1. Regime jurídico da incorporação de companhia.....	671
2. Direito de recesso nas operações de incorporação e determinação do valor de reembolso.....	674
3. Fixação das relações de troca e aplicação do artigo 264 da lei das S.A.....	676
4. Incorporação de controladora companhia aberta por sua subsidiária integral.....	681
5. Obtenção do Registro de Companhia Aberta.....	683
6. Critério de apuração do valor de reembolso devido aos acionistas dissidentes.....	685

**XXXV. Situações Jurídicas Processuais e Prova:
Ilicitude do Meio ou Desvalor da Acção?, 689**

Paula Costa e Silva

A homenagem	689
O ponto de partida: efeitos lícitos da prova ilícita.....	690

**XXXVI. A “Essência” da Pessoa Jurídica
à Luz da Teoria do Sistema, 697**

Peter Ch. Sester

**XXXVII. A Observância dos Precedentes
Judiciais na Arbitragem, 705**

Ricardo Têpedino

1. Introdução	705
2. A jurisprudência como fonte primária de direito e de obrigatória observância na solução de conflitos	706
3. Segurança jurídica e previsibilidade	710
4. Argumentos contrários à observância dos precedentes obrigatórios pelos árbitros	712
5. Consequências da inobservância dos precedentes obrigatórios na arbitragem.....	715

XXXVIII. Arbitragem e Transação, 719

Rodrigo Garcia da Fonseca

I. Introdução	719
II. Paralelos entre Arbitragem e Transação	720
III. Transação na Arbitragem e Sentença de Homologação	728
IV. Conclusões.....	736

**XXXIX. A Sociedade Anônima e a Vinculação à
Cláusula Compromissória Estatutária pelo Administrador.
Necessidade de seu Consentimento Expresso, 739**

Selma Ferreira Lemes

1. Introdução	740
2. O Instituto Jurídico da Arbitragem e suas Peculiaridades.....	742
3. Arbitragem Setorial. Arbitragem no Direito Societário.....	753

3.1. Arbitragem e as Regras do Novo Mercado BM & BOVESPA	758
4. Conclusão	760

**XL. O Tempo na Arbitragem:
Entre Flexibilidade e Rigidez, 763**

Thiago Marinho Nunes

Introdução	763
I. A regra habitual: a flexibilidade do uso do tempo na arbitragem.....	765
A. A flexibilidade temporal refletida pela autonomia da vontade das partes	765
B. Flexibilidade temporal refletida nos regulamentos de arbitragem	768
i. Regulamentos nacionais.....	768
ii. Regulamentos internacionais	769
II. A anormalidade: a desnecessidade da rigidez ou excessivo rigorismo no tratamento dos prazos na arbitragem	773
A. O rigorismo excessivo contrário ao espírito da arbitragem.....	773
B. Desnecessidade do rigorismo excessivo pela ausência de incerteza....	776
Conclusão.....	778
Referências Bibliográficas	779